

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. Contratação de empresa para instalação, manutenção, monitoramento e pronto atendimento 24hs de sistemas de CFTV e de alarmes digital pelo período de 12 meses, com fornecimento de material e mão de obra pela contratada, em regime de comodato. Os serviços serão prestados para as Unidades Básicas de Saúde desta Secretaria de Município da Saúde – SMS. O serviço prestado deverá englobar toda a assistência técnica, atendimento de ocorrências, manutenção preventiva e corretiva, além das vistorias que devem ser realizadas pelo agente e o atendimento de ocorrências.
2. Justifica-se esta contratação de Sistema de CFTV de Alarme Monitorado para inibir arrombamentos nas Unidades Básicas de Saúde – UBS, ambos pertencentes à esta Secretaria de Município da Saúde – SMS.

ITEM	OBJETO
01	SERVIÇO E MANUTENÇÃO DE ALARME E VÍDEO-MONITORAMENTO

3. LOCAIS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

Os serviços serão prestados nos imóveis relacionados na Tabela abaixo.

UNIDADE	ENDEREÇO
UBS- GETÚLIO VARGAS	R. Marciano Espíndola 191
UBS- RITA LOBATO	R. Apelles Porto Alegre 21
UBS- MATERNO INFANTIL	R. Paraná s/n
UBS- HIDRÁULICA	R. Altenir de Lacerda s/n
UBS- JUNÇÃO / BASE SAMU	R. Saturnino de Brito s/n
UBS- PARQUE MARINHA (24hs)	R. Veleiros 300
UBS- PARQUE SÃO PEDRO	R. Francisco Furtado s/n
UBS- CASSINO (24hs)	R. Julio de Castilhos s/n
UBSF- AEROPORTO	R. Angelo Trindade 1870
UBSF- BARRA	R. Principal 423
UBSF- BERNADETH	R. Adel de Carvalho 77



UBSF- SANTA TEREZA	R. Caio s/n
UBSF- BOLAXA	R. Ana Perrgotti 300
UBSF- CAIC	AV. ITÁLIA, Campos Universitário
UBSF- PPV	R. Capitão Antônio Bento Santos 02
UBSF- CASTELO BRANCO	R. Irmão Icísio 101
UBSF- CIDADE DE ÁGUEDA	R. F s/n
UBSF- DOMINOS PETROLINE	R. Valdemar C. De Aguiar
UBSF- ILHA DOS MARINHEIROS	R. Frederico Albuquerque s/n
UBSF- MARUZ	R. Paulo Frontin 105
UBSF- POVO NOVO	Praça Cel. Marcelino s/n
UBSF- PROFILURB (24 hs)	R. Carlos Santos 1239
UBSF- QUERÊNCIA	Av. Brasil 1590
UBSF- QUINTA	R. João Moreira 188
UBSF- QUINTINHA	R. I Esquina Av. A
UBSF- SANTA ROSA	Av. Belo Brun 2554
UBSF- SÃO JOÃO	R. Roberto Socowisk s/n
UBSF- SÃO MIGUEL I	R. João de Magalhães 248
UBSF- SÃO MIGUEL II	R. Eduardo Araújo 58
CAPS- ÁLCOOL E DROGAS	R. Marechal Floriano 493
CAPS- CONVIVER	Av. Presidente Vargas 688
CAPS- INFANTIL	R. Andradas 603
AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL	R. General Barcelar 509
GARAGEM DAS VIATURAS	R. Marechal Andréia 319
CASA DA VIGILÂNCIAS	R. Almirante Barroso 166
ALMOXARIFADO	R. Almirante Barroso 83
POSTO 4 (CENTRO DE SAÚDE)	Av. Major Carlos Pinto 551
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	R. Almirante Barroso s/n

4. Os serviços poderão ser prestados em outros imóveis que venham a ser ocupados pela CONTRATANTE, mediante prévio ofício desta à CONTRATADA.

5. No caso de haver necessidade de instalação de equipamentos excedentes ao básico previsto para cada prédio ou instalação de alarmes em novos prédios, mesmos serão aditivados ao contrato.

**6 - TABELA DE EQUIPAMENTOS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE**

ITEM	DESCRIÇÃO
01	Racks 9us
02	Switch 16 portas 12 poe
03	Patch pannel 24 portas
04	NVR
05	Hd 01 Tb
06	Nobreaks 1Kva
07	Unidades de alarme
08	Sensor de Presença
09	Bateria 9A 12v
10	Cabo para Alarme
11	Unidades de câmeras IP com IR externa
12	Unidades de câmeras IP com IR + audio interna
13	Cabo UTP cat 5 interno mt
14	Cabo UTP cat 5 externo mt
15	Conector RJ 45
16	Poste 9 metros concreto ou ferro
17	Kit elétrica para POP
18	Rádio sem parábola até 3 km com visada
19	Rádio com parábola até 7 km sem visada
20	Rádio com setorial
21	Rádio com antena 90 ponto a ponto
22	Estação de trabalho
23	Monitor de TV 42 polegadas
24	Material elétrico por posto.

7- Todos os equipamentos deverão ser instalados nas quantidades mínimas a fim de suprir todo o perímetro e as necessidades das unidades de saúde.

7.1 TODO O MONITORAMENTO DEVERÁ SER FEITO PELO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA (GGI-M), COM ESPELHAMENTO NA SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE.



8- DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 8.1** A CONTRATADA deverá **comprovar** que a Central de Monitoramento é dotada de um GRUPO GERADOR capaz de suprir (alimentar) a Central por um período mínimo de 12 (doze) horas, além de possuir “no-break online”, para garantia de funcionamento do sistema até a partida do gerador ou para situação de falha na operação do mesmo. O gerador deve ser dotado de dispositivo que em caso de falta de energia na rede pública, automaticamente assuma o fornecimento de energia para a Central de Monitoramento, sem intervenção humana.
- 8.2** A CONTRATADA deverá utilizar mão-de-obra especializada e adequada à execução dos serviços e do objeto, os quais obedecerão às normas ABNT e fornecer a garantia da qualidade para os serviços prestados;
- 8.3** CONTRATADA deverá ter equipe própria de inspetores para atendimento dos disparos de alarme com veículos próprios (no mínimo duas viaturas) indentificadas, para atender os disparos de alarme e ocorrências em no prazo máximo de 15 (Quinze) minutos dentro da cidade de Rio Grande, e no máximo de 45 min. Na área rural.
- 8.4** A CONTRATADA deverá informar por meio de declaração a localidade de sua base operacional fixa no município da contratante, para monitoramento, realização de vistorias a atendimento de ocorrências.
- 8.6** Todos os materiais empregados nos serviços deverão ser novos e em conformidade com a tabela de especificações de materiais definida pela CONTRATANTE.
- 8.7** Todos os sistemas deverão ser projetados e fabricados para operação contínua, 24 horas por dia, 7 dias por semana, com índice de disponibilidade mínimo de 99,8%.
- 8.8** Os serviços de engenharia deverão ser garantidos, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos; conforme a lei.
- 8.9** Serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, todas as exigências relacionadas à perfeita execução dos serviços, tais como: ferramentais específicos e adequados dos técnicos e profissionais, bem como os de segurança – EPI (Equipamentos de Segurança Individuais);
- 8.10** O uso de equipamentos de segurança é obrigatório e deverá atender aos preceitos da ABNT que regem o assunto e as normas internas de segurança. Diz respeito a EPIs e Equipamentos de Segurança coletivos, guarda corpos, redes de proteção, andaimes, controle de acesso de pessoas ao local da obra, etc.
- 8.11** Todos os EPIs e EPCs devem ser fornecidos pela CONTRATADA. A fiscalização da CONTRATANTE poderá inclusive interromper a execução da obra até que este item seja atendido, neste caso, o tempo de paralisação continuará sendo computado integralmente para o prazo de entrega da obra.
- 8.12** A CONTRATADA deverá fornecer à área técnica da CONTRATANTE, obrigatoriamente, antes do início de todo e qualquer serviço, os Manuais, Catálogos, outros documentos referentes aos materiais e equipamentos a serem instalados e utilizados em cada unidade;
- 8.13** A CONTRATADA não poderá sob hipótese nenhuma desligar equipamentos da rede interna de telecomunicações das unidades em atividade ou desligar a energia sem acordo prévio com a **área técnica da CONTRATANTE;**



8.14 Os serviços deverão ser executados, pela CONTRATADA, de maneira que não causem transtornos ou incômodos ao funcionamento normal das Unidades, onde serão executados os serviços, devendo ao final de cada etapa de trabalho a Unidade estar devidamente limpa e desimpedida para execução de suas atividades;

8.15 A CONTRATADA deverá providenciar instalações adequadas, para depósito de materiais a serem utilizadas na execução dos serviços;

8.16 A CONTRATADA deverá apresentar antes do início das obras a relação dos funcionários devidamente identificados (nome e documento de identidade) que irão executar os serviços;

8.17 Os funcionários da CONTRATADA deverão estar devidamente uniformizados, com crachás de identificação, com vestimentas adequadas ao ambiente de trabalho e com os serviços a serem executados;

8.18 A CONTRATADA deverá, durante todo tempo, proporcionar supervisão técnica e suporte adequado à equipe de execução dos serviços, alocando nas unidades os materiais e equipamentos necessários e suficientes para executar os serviços até à sua conclusão dentro dos prazos estabelecidos;

8.19 A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição de funcionário da CONTRATADA que porventura não corresponda em termos de qualificação profissional ou técnica e comportamentais adequados ao ambiente das Unidades da CONTRATANTE e aos serviços em execução;

8.20 Os serviços deverão ser realizados no horário comercial (8:00 às 17:30h), podendo, a critério da CONTRATANTE, ser proposto outro horário para execução dos serviços;

8.21 A CONTRATADA não poderá, sob nenhum pretexto ou hipótese, **subcontratar** todos os serviços e obras objeto do contrato.

8.22 A CONTRATADA deverá efetuar todas as reparações e correções provocadas ou resultantes dos serviços de instalação executados. Estas correções e reparações se aplicam na parte civil (pintura, reconstrução de parede, remontagem de gesso etc...), nas instalações (hidráulicas, ventilação, ar condicionado, elétrica, telecomunicações etc) da Unidade.

8.23 Na proposta da CONTRATADA deverão estar inclusos todos os serviços de instalação, obras de engenharia, equipamentos e materiais necessários para a instalação e funcionamento dos dispositivos, equipamentos e demais componentes do sistema CFTV e de alarme eletrônico. O transporte dos materiais e ou equipamentos para instalação do sistema, objeto deste contrato, será de responsabilidade da CONTRATADA.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, antes do início da execução dos serviços, os dados pessoais e profissionais do responsável técnico pelos serviços e das equipes que o mesmo irá coordenar;

9.2 A equipe técnica da CONTRATADA deverá estar equipada com todas as ferramentas e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Todos os materiais, equipamentos, dispositivos etc necessários e suficientes para a execução dos serviços deverão estar disponibilizados na Unidade, pela CONTRATADA, antes do início dos serviços;



- 9.3 O sistema deverá ser composto de centrais de alarme completa e seus dispositivos: teclado, sensores de presença, sirenes, controles remotos e outros.
- 9.4 A conexão entre os dispositivos: central de alarme deverá ser estabelecida por meio físico (fios metálicos).
- 9.5 O sistema de alarme eletrônico deverá possibilitar a comunicação remota quando da ocorrência de invasão e/ou arrombamento na Unidade.
- 9.6 A central de alarme deverá ser constantemente supervisionada por uma Central de Monitoramento Remoto.
- 9.7 A supervisão deverá ser realizada pela central de monitoramento, em regime de 24 horas por dia, todos os dias do ano.
- 9.8 Os serviços e os custos (incluindo os custos da chamada telefônica) de monitoramento remoto das centrais de alarme são de responsabilidade da CONTRATADA.
- 9.9 Todos os sinais de alarmes e falhas deverão ser enviados para a Central de Monitoramento Remoto.
- 9.10 O sistema deverá entrar em alarme quando houver uma tentativa de violação ou de desativação não autorizada de sua central e dos sensores de presença.
- 9.11 A comunicação entre a Central de Alarme local e a Central de Monitoramento Remoto deverá ser por ser exclusivo por **Rádio alarme** como primeira via de comunicação e **linha telefônica** da CONTRATANTE como segunda via para redução de custos.
- 9.12 O sistema deverá possibilitar a comunicação de dados, de forma a permitir a identificação do tipo e local da ocorrência pela central de monitoramento.
- 9.13 O enlace de comunicações deverá ser estabelecido de modo automático.
- 9.14 Deverá haver a comunicação, à central de monitoramento, todas as vezes que o sistema for habilitado/desabilitado, com identificação do usuário, data e horário.
- 9.15 A Central de Alarme local deverá realizar o controle de todos os componentes do sistema.
- 9.16 Todos os sinais de alarmes e falhas deverão ser enviados para a Central de Monitoramento Remoto.
- 9.17 A central de alarme deverá ser instalada a uma altura aproximada de 1,30 a 2,50 metros do piso acabado, preferencialmente em local de acesso restrito (por exemplo, na sala técnica da unidade).
- 9.18 A alimentação da central de alarme deverá ser por um circuito exclusivo, vindo a partir do QDA (Quadro de Distribuição da Automação).
- 9.19 A central de alarme deverá prover a alimentação dos sensores, sirenes, teclado e demais elementos interligados a ela.
- 9.20 O teclado deverá ser a interface homem-máquina do sistema, permitindo ativar/desativar o sistema, ativar e inibir zonas de alarme e enviar sinal de coação (silencioso) em caso de emergência.
- 9.21 O teclado deverá ser instalado, preferencialmente, em local de difícil visualização do público, próximo a uma porta de saída da unidade.
- 9.22 O teclado deverá ser instalado a 1,30 metros do piso acabado.



- 9.23 As baterias deverão funcionar como fonte de energia de emergência, permitindo que o sistema seja atendido imediatamente, de forma integral e sem sofrer interrupção, em caso de queda da rede elétrica local.
- 9.24 As baterias deverão ser instaladas no interior da central de alarme.
- 9.25 As baterias deverão garantir o fornecimento de energia, quando houver interrupção do fornecimento da concessionária, por um período de 12 horas para a central em operação normal (supervisão dos sensores e comunicação remota) e mais meia hora em alarme (supervisão dos sensores, comunicação remota e ativação das sirenes).
- 9.26 As pilhas, acumuladores e baterias, utilizadas pelo sistema, deverão possuir vida útil igual ou superior a 1 ano.
- 9.27 A falta da alimentação deverá ser obrigatoriamente sinalizada visualmente na central de alarme digital e enviada como alarme prioritário para a central de monitoramento.
- 9.28 O botão de controle remoto deverá permitir ativar/desativar o sistema de alarme digital e também o acionamento à distância de alarme silencioso, para casos de emergência (pânico).
- 9.29 O envio do sinal do botão de controle remoto deverá ser para uma antena receptora, que deverá operar na captação e transmissão do sinal do controle remoto para a central de alarme. Os botões de controle remoto deverão ser entregues ao chefe da unidade, quando da instalação do sistema.
- 9.30 Os sensores de presença deverão funcionar mediante uma programação horária diária, que proporcione a sua ativação apenas em horário fora de expediente.
- 9.31 Os sensores devem ser colocados de tal maneira que detectem movimentos nos acessos aos ambientes supervisionados.
- 9.32 O sensor deve ser colocado a uma altura que lhe proporcione uma ótima cobertura do local (aproximadamente 2,4 metros de altura) a que se destina monitorar.
- 9.33 Os botões de alarme ou botões de pânico fixos deverão ser interligados em zonas de alarme programadas para rotina de pânico silencioso, durante o horário normal de expediente.
- 9.34 Os botões deverão ser instalados de acordo com o desenho básico da unidade e conveniência da área de segurança e comercial.
- 9.35 As sirenes deverão ser ativadas apenas em horário fora de expediente.
- 9.36 As sirenes internas deverão ser instaladas em local de difícil acesso e visualização, com altura superior a 2,40 m.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA



A Contratada fica responsável, além das obrigações constantes na Minuta de Termo do Contrato, pela disponibilização de mão de obra, materiais e equipamentos em quantidades suficientes e necessários para a perfeita execução dos serviços de alarme monitorado, obrigando-se a:

11.1 Pronto atendimento 24hs das ocorrências com vigilantes particulares;

11.2 Monitoramento 24hs;

11.3 Entrega de relatório mensal de todos os eventos;

11.4 Senha de coação e verbal numérica;

11.5 Designar um representante para fazer a supervisão do serviço contratado que deverá comparecer na SMS, pelo menos 1 vez por mês. O horário de visita do supervisor da empresa deverá ser agendado com o gestor do contrato para que possam conversar sobre a prestação do serviço.

11.6 Manutenção preventiva e corretiva. A manutenção dos equipamentos deverá ser realizada no dia do problema visto que o local não pode ficar sem segurança de um dia para o outro, no prazo máximo de 6 horas após a abertura do chamado. Esta manutenção não deverá ser cobrada em hipótese alguma, independente de local, dia e hora que foi realizada. Para que o contratante não fique desprotegido a empresa é obrigada a colocar um equipamento provisório até que o mesmo seja consertado ou substituído e colocado no local.

12. QUANTO À MÃO-DE-OBRA ALOCADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

12.1. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando aqueles com nível de instrução compatível e funções profissionais devidamente registradas em suas carteiras de trabalho;

12.2. Alocar os funcionários que irão desenvolver os serviços contratados somente após efetivo treinamento pertinente, com avaliação do conteúdo programático, tais como: uso correto de EPIs, comportamento e disciplina compatível com um estabelecimento de ensino, sem demonstrar posturas incorretas e vícios que possam comprometer a educação dos alunos, seguindo as normas e deveres, as rotinas de trabalho a serem executadas;

12.3. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, com a missão de garantir, o bom andamento dos trabalhos, fiscalizando e ministrando as orientações necessárias aos executantes dos serviços. Esses encarregados terão a obrigação de reportarem-se, quando houver necessidade, ao gestor/ fiscal do Contratante e tomar as providências pertinentes;

12.4. Manter seu pessoal uniformizado, com identificação da Empresa e se necessário Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;



- 12.5. Realizar, por meio de responsável técnico especialmente designado, treinamentos e reciclagens periódicas aos empregados que estejam executando o serviço;
- 12.6. Instruir seus empregados quanto às necessidades de acatar as orientações do Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho, tal como prevenção de incêndio nas áreas do Contratante;
- 12.7. Exercer controle no que se refere à assiduidade e à pontualidade de seus empregados;
- 12.8. Manter a disciplina entre os seus funcionários;
- 12.9 O pagamento à Contratada, será mediante empenho prévio, e liquidado após o atesto do recebimento dos produtos, e análise da documentação que acompanha a nota fiscal.
- 12.10. Assegurar que todo empregado que cometer falta disciplinar não será mantido nas dependências da execução dos serviços ou em quaisquer outras instalações do Contratante;
- 12.11. Atender de imediato às solicitações do Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;
- 12.12. Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, dos funcionários diretamente envolvidos na execução dos serviços;
- 12.13. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;
- 12.14. Fornecer vale transporte e vale refeição aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços;
- 12.15. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de fornecimento de benefícios e encargos;
- 12.16. Preservar e manter o Contratante à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários.

13. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 13.1 Implantar de forma adequada, e em conjunto com o gestor de contrato do Contratante, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, garantindo suporte para atender a eventuais necessidades para manutenção requeridas;
- 13.2. Dar ciência imediata e por escrito ao Contratante quanto a qualquer anormalidade verificada na execução dos serviços;



13.3. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível;

13.4. Garantir a execução dos serviços respeitando os horários de funcionamento da unidade, conforme estipulado pelo Contratante;

13.5. Responsabilizar-se por eventuais paralisações dos serviços, por parte dos seus empregados, sem repasse de qualquer ônus ao Contratante, para que não haja interrupção dos serviços prestados;

13.6. Permitir e colaborar com a fiscalização dos serviços pelos coordenadores de unidades, que mensalmente emitirão relatório sobre a qualidade dos serviços prestados, indicando os percentuais de satisfação dos serviços, os quais irão compor os cálculos para obtenção dos valores a serem faturados.

14. DO RELATÓRIO:

14.1 A contratada deverá apresentar Relatório de Status e análise de que os equipamentos estão em boas condições de uso, ou seja, em funcionamento, e relatório de ocorrências e de atendimento do agente de vistorias, a ser entregue na SMS – Secretaria de Município da Saúde.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. A CONTRATANTE obriga-se a:

15.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

15.3. Para a fiscalização do cumprimento do objeto contratado, a contratante nomeará um fiscal responsável.

15.4 Efetuar o pagamento e cumprir as demais cláusulas contratuais.

15.5 Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados, mediante formulários de avaliação destinados para esse fim, entregues aos fiscais de contrato devidamente nomeados pelo Secretário de saúde;

16. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

a) A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura dos serviços, numa via, emitida e entregue na SMS, no Núcleo Financeiro, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 20, de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas à contribuição previdenciária;

14



- b) a atestação da fatura correspondente à prestação do serviço caberá ao fiscal do contrato ou outro servidor designado para esse fim;
- c) o pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 10 dias úteis, contados da protocolização da nota fiscal/fatura, desde que não haja nenhuma pendência de documentação comprobatória;
- d) nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira e a documentação comprobatória;
- e) para efeito do primeiro pagamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar juntamente à nota/fatura a DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, se for o caso;
- f) a CONTRATADA deverá, durante toda execução do contrato, manter atualizada a vigência da garantia contratual, caso exigida;
- g) a CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de somente efetuar o pagamento após a atestação de que o serviço foi executado em conformidade com as especificações do contrato;
- h) a CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.

17. DO REAJUSTE

Os serviços terão seus preços fixos pelo prazo de 12 (doze) meses, após será admitido reajuste usando como indexador a URM (unidade de Referência Municipal).

18. DA GARANTIA

18.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da entrega da via do contrato assinada, comprovante de prestação de garantia correspondente a percentual de 5% (cinco) do valor atualizado do contrato, cabendo-lhe optar, dentre as modalidades, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

18.2. A garantia em dinheiro deverá ser afetuada, com correção monetária, em favor da Prefeitura Municipal do Rio Grande, em conta ou guia fornecida pela secretaria de Município da Fazenda.

18.3. A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, poderá ser executada para ressarcimento da CONTRATANTE, inclusive de prejuízos decorrentes do inadimplemento de encargos trabalhistas e previdenciários devidos pela CONTRATADA, e para pagamento dos valores das multas moratórias, multas punitivas e indenizações a ela devidas pela CONTRATADA.



18.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contratado por dia de atraso, até o máximo de 6% (seis por cento).

18.5. O atraso superior a 30 (trinta) dias poderá acarretar a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da multa prevista no item anterior.

18.6. A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato e ser renovada a cada 12 (doze) meses.

19. DAS SANÇÕES

19.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificando o nexos causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) Advertência
- b) Multa
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

19.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

19.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços nas unidades de saúde, a critério da FISCALIZAÇÃO, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

19.5. A CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes e gravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a



penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo à CONTRATANTE ou a terceiros.

19.6 Na ocorrência de atraso injustificado para início da execução dos serviços, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso no início da execução dos serviços, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução do total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato no caso de inexecução parcial do contrato;
- c) 30% (trinta por cento) do valor do contrato no caso de inexecução total do contrato.

19.6.1 Será configurada a inexecução parcial do objeto quando houver paralisação da prestação dos serviços de forma injustificada por mais de 10 (dez) dias corridos.

19.6.2 Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

- a) houver atraso injustificado, do início dos serviços, por mais de 07(sete) dias corridos após o recebimento pela CONTRATADA da ordem de serviços;
- b) todos os serviços executados não forem aceitos pela fiscalização por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 dias consecutivos de prestação dos serviços.

19.7 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

- a) Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.
- b) Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15(quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- c) Esgotados os meios administrativos para a cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
- d) Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10(dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

10



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE

Secretaria de Município de Saúde – SMS

Rua: Marechal Floriano, nº 05

CEP: 96200-380 / Rio Grande – RS

Vitor Paulo Carmo dos Santos

Controle de Contratos

Tel: (53) 32374246


Luciano Jacobs Trzeziak
Secretário de Município da Saúde

LUCIANO JACOBS TRZECIAK
Secretário do Município da Saúde
RIO GRANDE